

ADOÇÃO DO PADRÃO CONTÁBIL INTERNACIONAL: ANÁLISE LONGITUDINAL DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ELETROBRAS

ADOPTION OF THE INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD: LONGITUDINAL ANALYSIS OF THE ECONOMIC-FINANCIAL SITUATION IN THE FINANCIAL STATEMENTS OF ELETROBRAS

DANIELA ALVES DE MORAIS

Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: daniela.morais30@gmail.com

ROMINA BATISTA DE LUCENA DE SOUZA

Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: rominabls@gmail.com

MARIA IVANICE VENDRUSCOLO

Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: maria.ivanice@ufrgs.br

Endereço: Av. Paulo Gama, 110, Bairro Farroupilha - Porto Alegre –Rio Grande do Sul – CEP 90040-060

Resumo: A contabilidade do setor elétrico brasileiro sofreu modificações ao longo do tempo, principalmente, pela publicação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) com instruções regulatórias para o setor em 2001 e pela adoção do padrão contábil internacional em 2010. O objetivo deste estudo é analisar as alterações contábeis e regulamentares no setor elétrico pela evolução da situação econômico-financeira nas demonstrações da Eletrobras, entre os anos de 1998 e 2015. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, descritiva nos objetivos e documental nos procedimentos. O estudo buscou entender as alterações na contabilidade do setor e as principais diferenças entre a contabilidade societária e a regulatória e descrever a evolução da situação financeira da Eletrobras em relação às mudanças na contabilidade da área. A amostragem foi não probabilística por acessibilidade (ou conveniência) às informações. A escolha da empresa se deu pelo fato de esta ser a maior empresa brasileira na área elétrica. Verificou-se que os demonstrativos sofreram reclassificações para atender mudanças nas normas societárias. A análise de indicadores revelou aumento no endividamento e diminuição na liquidez. Os retornos sobre o patrimônio líquido e ativos sofreram redução no fim do período, principalmente devido à redução no Resultado Líquido e no Operacional. Concluiu-se que as alterações na contabilidade do setor elétrico não foram significativas nos indicadores. Nos últimos quatro anos a empresa mostrou tendência à instabilidade financeira. As diferenças da contabilidade regulatória para a societária podem ter afetado alguns indicadores, a exemplo do Arrendamento Mercantil. Estudos futuros poderiam comparar analiticamente as duas contabilidades.

Palavras-chave: Análise de demonstrações. Indicadores econômico-financeiros. Setor Elétrico.

Abstract: *The accounting of the Brazilian electricity sector has changed over time, mainly due to the publication of the Electric Sector Accounting Manual (MCSE) with regulatory instructions for the sector in 2001 and the adoption of the international accounting standard in 2010. The objective of this study is to analyze the accounting and regulatory changes in the electricity sector due to the evolution of the economic and financial situation in Eletrobras' financial statements between 1998 and 2015. This is a qualitative and quantitative research, descriptive about the objectives and documentary about the procedures. The study sought to understand the changes in accounting of this sector and the main differences between corporate and regulatory accounting and describe the evolution of the financial situation of Eletrobras with regards to changes in accounting for this area. Sampling was non-probabilistic for accessibility (or convenience) of the informations. The choice of the company was due to the fact that it is the biggest Brazilian company in the electricity area. It was found that the statements were reclassified to comply with changes in*

corporate law. The analysis of indicators revealed an increase in indebtedness and a decrease in liquidity. Returns on shareholders' equity and assets decreased at the end of the period, mainly due to decreasing operating and net results. It was concluded that the changes in the accounting of the electric sector were not significant in the indicators. In the last four years the company has shown a tendency towards financial instability. The differences between regulatory and corporate accounting for the company may have affected some indicators, such as Leasing. Future studies could compare analytically the both accountings.

Keywords: *Analysis of statements. Economic and financial indicators. Electrical Sector.*

1 INTRODUÇÃO

As organizações estão inseridas em mercados cada vez mais competitivos e por isso necessitam de instrumentos que as auxiliem a melhorar seu desempenho e obter melhores resultados. A análise de demonstrações contábeis é uma ferramenta de auxílio na tomada de decisão, pois estuda o comportamento econômico-financeiro da empresa ao longo do tempo. Permite que a administração possa analisar a evolução da organização e melhor se preparar em suas ações. A análise contábil estuda os elementos do patrimônio e também os resultados das operações para entender o passado, o presente e delinear o comportamento futuro da entidade (BRAGA, 2012). O estudo das demonstrações visa atender usuários internos e usuários externos. Segundo Assaf Neto (2012), a análise depende da qualidade e volume das informações disponíveis.

A contabilidade do setor elétrico passou por diversas modificações ao longo dos anos, como a criação, em 2001, do Manual de Contas do Setor Elétrico (MCSE) que reestruturou a contabilidade regulatória do setor elétrico. A partir de 2012 houve uma nova reformulação no Plano de Contas do setor elétrico devido a diversos fatores, dentre eles: necessidade de adaptação aos padrões internacionais International Financial Reporting Standards (IFRS) e às Normas Brasileiras de Contabilidade, mudanças na legislação do setor e necessidade de informar adequadamente dados referentes à concessões e permissões (MCSE, 2015).

A contabilidade regulatória possui objetivo convergente com a societária, mas foca na situação econômica e patrimonial da atividade, agindo como ferramenta de controle e monitoramento da mesma, a implantação de novo modelo contábil contribui para a produção de informações com bases confiáveis de mensuração, nesse sentido, a ANEEL trabalha na implantação dos padrões internacionais e estabelece a aplicação dos pronunciamentos contábeis para todas as empresas de energia (FERREIRA, 2009).

Assim, este estudo tem como problema de pesquisa, como ocorreu a evolução da situação econômico-financeira nas demonstrações contábeis da Eletrobras entre 1998 e 2015? Esta pesquisa tem por objetivo, analisar o efeito das alterações contábeis e regulamentares no setor elétrico pela evolução da situação econômico-financeira nas demonstrações contábeis da Eletrobras, entre os anos de 1998 e 2015. E se justifica por auxiliar no entendimento das possíveis relações entre a situação econômico-financeira da Eletrobras e as alterações contábeis e regulamentares impostas ao setor elétrico.

Este estudo está estruturado em cinco seções: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, análise dos dados e considerações finais. A introdução aborda o tema de estudo, o problema e objetivos da pesquisa; o referencial teórico a fundamentação teórica e os autores que embasam este estudo; os procedimentos metodológicos evidenciam a caracterização do estudo, os métodos de coleta e de análise dos dados; a seção de análise, apresenta os cálculos, a interpretação dos índices e a relação de aspectos relevantes entre a contabilidade regulatória e a societária; finalizando, as considerações finais com a síntese dos resultados, expondo o entendimento sobre a análise e as recomendações para futuras investigações.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção apresentam-se uma breve contextualização do setor elétrico e da Eletrobras, normatização do setor elétrico com informações sobre a contabilidade regulatória e a societária; conceitos sobre análise das demonstrações e formas de cálculo dos índices; aspectos relevantes na contabilidade do setor elétrico; e estudos relacionados a este estudo.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO E DA ELETROBRAS

Na década de 1930 houve uma crise no setor elétrico, que era composto por empresas estaduais, que produziam pequenos volumes de energia, o setor privado não participava significativamente, e a demanda era crescente, tudo isso agravou a crise (BARRETO, 2010). A criação da Eletrobras ocorreu em 1954,

enfrentou oposição e por isso sua aprovação ocorreu sete anos depois, a empresa estatal recebeu funções de promover estudos, construções e operações de usinas geradoras de linhas de transmissão de energia elétrica, expandiu a oferta de energia e contribuiu para o desenvolvimento do país (ELETROBRAS, 2015a). Conforme Barreto (2010) a Eletrobras tinha o objetivo de ampliar a área de energia no país, a criação da mesma sofreu muitas críticas das empresas estaduais que não queriam que a União administrasse os recursos do Fundo Federal de Eletrificação (FFE).

Segundo Farias (2006) em 1995 iniciou-se um processo de privatizações no setor elétrico visando suprir as carências financeiras na área (pois o setor público não dispunha de investimentos suficientes na época), crise no setor público e má gestão dos serviços de eletricidade; as privatizações também visavam atrair investimentos do setor privado, e universalização dos serviços a preços acessíveis. Farias (2006) também explica que a privatização da Eletrobras só não se efetivou, em 2001, porque as metas assumidas pelas empresas privadas não foram concluídas e também devido ao apagão, assim o governo viu a necessidade de continuar no comando da empresa.

As reformas institucionais e privatizações em 1990 fizeram a empresa perder funções e mudar seu perfil, em 2004 a nova regulamentação excluiu a Eletrobras do Programa Nacional de desestatização (PND), hoje a empresa possui 12 subsidiárias: Eletrobras Chesf, Eletrobras Furnas, Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras CGTEE, Eletrobras Eletronuclear, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Amazonas, Eletrobras Distribuição Roraima, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Alagoas e Celg Distribuição (ELETROBRAS, 2015a).

2.2 NORMATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

A contabilidade do setor elétrico é o conjunto da contabilidade regulatória e da contabilidade societária. As práticas contábeis aplicam-se apenas às demonstrações societárias, não abrangendo outras informações constantes em relatório anual ou regulatório (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 26, 2011). A estruturação do Plano de Contas do setor de energia se iniciou com o Decreto 28.545/1950, foi alterado devido ao surgimento da Lei 6.404/1976, ao longo dos anos continuou a sofrer mudanças devido às evoluções da contabilidade brasileira, em 1996 foi instituída a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica (ANEEL) que com a Resolução 001/1997 estabeleceu novo Plano de Contas, dessa vez mais simplificado. Em 2001 a ANEEL reformulou o Plano de Contas objetivando adequação com as alterações na legislação do setor elétrico, segregação de atividades por segmentos, adaptação com as novas normas de contabilidade brasileira e internacional, e divulgação de informações de atividades das Outorgadas (MANUAL DE CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO, 2015).

Assim, a ANEEL criou o MCSE contendo instruções gerais, contábeis e de divulgação de informações gerais e contábeis, o mesmo foi estabelecido pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, da ANEEL e passou a vigorar em 01 de janeiro de 2002 (MCSE, 2015). Em 2012 o MCSE passou por reformulação para se adaptar aos padrões de contabilidade internacionais (IFRS) e aos nacionais (CPCs), para aprimorar funcionalidades do plano de contas, para se adequar as alterações na legislação do setor elétrico, para divulgar adequadamente informações sobre concessões e permissões, e para correta divulgação de informações sobre atividades das Outorgadas (MCSE, 2015).

Conforme a Resolução Normativa 396/2010 (ANEEL, 2010), os livros auxiliares das Demonstrações Contábeis Regulatórias são o Livro Diário Auxiliar Regulatório e o Livro Razão Auxiliar Regulatório, estes visam o atendimento de exigências da ANEEL.

§ 2º Nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, além das notas explicativas específicas a serem estabelecidas pela ANEEL, deverá ser inserida nota explicativa demonstrando a conciliação entre o resultado apresentado na Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, para fins societários e o resultado apresentado na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício – DRRE, bem como a conciliação entre os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõe o balanço patrimonial societário e o regulatório, com as devidas explicações (ANEEL, 2010, p. 4).

Conforme Soeiro et al. (2015) duas forças atuam no processo de regulação: o governo e os grupos de interesse, cada um tenta defender seus interesses o que influencia diretamente na contabilidade; o foco no povo e na supremacia do interesse público é um pensamento dominante, mas outras teorias apontam para grupos de empresas com influência na área, nesse cenário os grupos que mais se beneficiaram foram a sociedade, as empresas e usuários das informações.

A contabilidade regulatória possui objetivo convergente com a societária, mas foca na situação econômica e patrimonial da atividade, agindo como ferramenta de controle e monitoramento da mesma, a

implantação de novo modelo contábil contribui para a produção de informações com bases confiáveis de mensuração, nesse sentido, a ANEEL trabalha na implantação dos padrões internacionais e estabelece a aplicação dos pronunciamentos contábeis para todas as empresas de energia (FERREIRA, 2009).

“As principais particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária são tratadas nas Instruções Gerais – IG, Instruções Contábeis – IC e Técnicas de Funcionamento” (MCSE, 2015, p. 17). Algumas dessas diferenças entre o MCSE e os CPC são:

1. os contratos de concessão (ICPC 01) são contemplados apenas na contabilidade societária;
2. o MCSE não separa custos e despesas no resultado do exercício como orienta o CPC 26;
3. na contabilidade regulatória quem define a vida útil e a taxa de depreciação dos bens é a ANEEL e não a empresa conforme orienta o CPC 27;
- 4.a aplicação do CPC 06, Arrendamento Mercantil, no MCSE se restringe aos bens administrativos, que não estão diretamente relacionados com as atividades operacionais.

Em 2012 iniciou-se um novo processo de atualização no Plano de Contas e Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o mesmo foi concluído em 2014 resultando na Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 (MCSE, 2015). A Resolução nº 605, de 11 de março de 2014 passou a vigorar a partir de 2015 e revogou as resoluções nº 444, 668, 370 (algumas partes) e 396, entre outros estabeleceu que o plano de contas deve estar ligado aos eventos contábeis independente de outros planos de contas ligados a controles internos e órgãos (ANEEL, 2014).

2.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os demonstrativos contábeis fornecem dados sobre recursos da empresa, reivindicações contra ela, efeitos de suas transações e outros eventos relacionados. Para que esses relatórios sejam úteis precisam ter características qualitativas: ser relevantes e ter fidedignidade com a realidade (CPC 00, 2011).

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados (CPC 26, 2011, p. 5).

A análise das demonstrações fundamenta-se em características qualitativas de melhoria, que são: tempestividade para que as informações estejam disponíveis no tempo necessário, compreensibilidade que é ter informação clara e precisa, verificabilidade para dar certeza aos usuários que a informação é fidedigna com a realidade e comparabilidade para que os usuários possam identificar semelhanças e diferenças nos elementos contábeis (CPC 00, 2011). A comparabilidade descreve uma das principais utilidades da análise, que é a de poder fazer comparações ao longo do tempo, entender os cenários e preparar as ações futuras. “Práticas contábeis brasileiras compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo CPC homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados” (CPC 26, 2011, p. 3).

A análise financeira objetiva o confronto de elementos patrimoniais e dos resultados das operações, para conhecer a composição qualitativa e quantitativa (BRAGA, 2012). Busca mostrar a situação financeira atual da empresa e sua evolução, com informações passadas, presentes e futuras (ASSAF NETO, 2012). É utilizada para extrair informações úteis, com fim econômico, dos relatórios contábeis e suas extensões (IUDÍCIBUS, 2012). Para Assaf Neto (2012), visa atender a diferentes objetivos e usuários, dentre eles os fornecedores, clientes, acionistas, administradores, intermediários financeiros, concorrentes e o governo.

A análise de demonstrações é importante para os credores, investidores, órgãos do governo e acionistas, porém em graus diferenciados, para a administração além de informar o posicionamento e evolução dos grupos contábeis, também mostra um painel de controle geral (IUDÍCIBUS, 2012).

Os indicadores utilizados nesta pesquisa, conforme Assaf Neto (2012), são:

1. Liquidez Imediata: refere-se à capacidade de a empresa liquidar suas dívidas de curto prazo imediatamente, geralmente é baixo, pois é relacionado a ativos de pouca rentabilidade. Fórmula: caixa e equivalentes de caixa / passivo circulante.
2. Liquidez Corrente: refere-se à capacidade de a empresa liquidar suas dívidas de curto prazo com suas disponibilidades de curto prazo, é relacionado com a capacidade de financiamento de capital de giro. Fórmula: ativo circulante / passivo circulante.

3. Liquidez Geral: refere-se à capacidade de a empresa saldar todas as suas dívidas, é uma medida de segurança financeira. Fórmula: $(\text{ativo circulante} + \text{realizável a longo prazo}) / (\text{passivo circulante} + \text{passivo não circulante})$.
4. Grau de Endividamento: refere-se à quantidade de capital de terceiros em relação ao capital próprio na empresa. Fórmula: $\text{passivo total} / \text{patrimônio líquido}$.
5. Dependência Financeira: refere-se à participação do capital de terceiros para investimentos no ativo. Fórmula: $\text{passivo total} / \text{ativo total}$.
6. Retorno sobre o Patrimônio Líquido: refere-se à participação do capital próprio na geração de lucros. Fórmula: $\text{lucro líquido} / (\text{patrimônio líquido} - \text{lucro líquido})$.
7. Retorno sobre o Ativo: refere-se à participação do capital próprio nos ativos. Fórmula: $\text{lucro operacional} / (\text{ativo total} - \text{lucro líquido})$.
8. Capital Circulante Líquido: é referente ao excedente dos recursos de curto prazo da empresa em relação aos recursos de curto prazo de terceiros. Fórmula: $\text{ativo circulante} - \text{passivo circulante}$.
9. Análise Vertical: é a relação de uma conta ou grupo de contas com um valor afim, para se verificar a participação relativa do item.
10. Análise Horizontal: mostra a evolução de uma conta ou grupo de contas ao longo de diversos exercícios.

Para que a análise alcance seu objetivo é necessário que a empresa mantenha os registros contábeis com zelo, é desejável que tenha auditoria (interna ou externa), tenha cautela no uso de valores de balanços iniciais e finais, que mantenha os demonstrativos corrigidos em função de variações do poder aquisitivo da moeda e que busque analisar mais de um período (IUDÍCIBUS, 2012).

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Estudos anteriores correlatos foram realizados em entidades do setor elétrico, dentre eles Ferreira (2009), Carvalho (2013), Silva, Macedo e Marques (2013) e Soeiro (2015).

A análise de demonstrações é uma ferramenta gerencial e de auditoria que permite avaliar o passado para tomar decisões para o futuro, assim, os financiamentos e investimentos podem ser melhor definidos, maximizando o patrimônio da empresa (FAGUNDES et al., 2008). É relacionada com a relevância das informações divulgadas que ocorre quando os dados contábeis estão relacionados ao valor de mercado da empresa (SILVA, MACEDO, MARQUES, 2013). Deve ser direcionada para o gerenciamento das empresas, atendendo aos diversos usuários interessados (FAGUNDES et al., 2008).

O estudo de Silva, Macedo e Marques (2013) utilizou diversas empresas do setor elétrico e constatou que o incremento da Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), obrigatória com a lei 11.638/2007, não se mostrou significativa, pois o EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) teve igual relevância, também não identificaram mudanças expressivas na comparação entre o Fluxo de Caixa Operacional e o Lucro Líquido, em relação à DFC.

A contabilidade do setor elétrico é influenciada pela Contabilidade Societária, pela Contabilidade Regulatória e pelas normas Tributárias (SOEIRO et al., 2015). As informações contábeis do setor elétrico devem seguir a contabilidade regulatória no que se refere à regulamentação tarifária e as demonstrações devem atender tanto a contabilidade regulatória quanto às normas de contabilidade internacionais (CARVALHO, 2013). O autor identificou diferenças entre a contabilidade regulatória e a societária, por exemplo, a contabilidade societária não reconhece ativos e passivos regulatórios por não se enquadrarem na definição estabelecida pelo Pronunciamento Conceitual Básico (R1), o que pode afetar usuários externos, como, por exemplo, auxiliar o poder concedente na revisão tarifária do setor elétrico, também afetam os indicadores econômico-financeiros (CARVALHO, 2013).

Para Soeiro et al. (2015) as teorias que melhor explicam o contexto do setor elétrico são: A Teoria do Interesse Público no qual a contabilidade societária tem normas voltadas para o interesse público, assimetria de informações e auxilia na tomada de decisões, e para a contabilidade regulatória é voltada para a sociedade e visa sua proteção; e a Teoria da Competição na qual a parte societária tem normas que privilegiam um grupo que influencia na agência reguladora, e na parte regulatória foca em empresas do setor elétrico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa foi classificada, quanto a forma de abordagem do problema, como qualitativa. “Investigações tratadas com uma análise qualitativa têm como objetivo situações complexas ou estritamente particulares que serão abordadas em profundidade, em seus aspectos multidimensionais” (OLIVEIRA, 2011,

p. 82). Esta classificação ocorreu, pois, o estudo buscou entender as alterações na contabilidade do setor elétrico e as principais diferenças entre a contabilidade societária e a regulatória. Não obstante, também foi considerada como quantitativa pois, as informações foram analisadas utilizando-se os métodos de cálculos de indicadores contábeis. “Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas [...]” (RICHARDSON, 1999, p. 79).

Quanto aos objetivos, se trata de uma pesquisa descritiva, pois buscou estudar e descrever a evolução da situação econômico-financeira da Eletrobras em relação às mudanças na contabilidade da área. Conforme Raupp e Beuren (2008, p. 81), “descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos”.

Conforme os procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa pode ser classificada como documental, pois coleta dados em documentos (demonstrações) da Eletrobras. Segundo Raupp e Beuren (2008, p. 90) “na contabilidade, utiliza-se com certa frequência a pesquisa documental, sobretudo quando se deseja analisar o comportamento de determinado setor da economia, como aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira”.

A população deste estudo foi o setor elétrico e a amostra a empresa Eletrobras. A amostragem foi não probabilística por acessibilidade (ou conveniência), pois a escolha da empresa, se deu pelo fato de esta ser a maior empresa brasileira na área de energia elétrica, e também pela facilidade de acesso às informações. Segundo Colauto e Beuren (2008, p. 126) a pesquisa não probabilística por conveniência “ocorrerá se o investigador entender que esses setores representam de alguma forma o universo populacional”.

Os dados utilizados foram de fontes primárias, coletados das demonstrações contábeis da Eletrobras no período de 1998 a 2015. Para Colauto e Beuren (2008, p. 134) “a coleta de dados por meio da pesquisa documental ou fontes primárias é a que trabalha com informações que não receberam tratamento analítico”. Os dados são: i) os saldos patrimoniais em cada período relativo ao disponível, ativo circulante, ativo não circulante, ativo realizável de longo prazo, ativo total, passivo circulante, passivo não circulante, passivo total, patrimônio líquido; ii) os valores de resultado: lucro operacional e lucro líquido; iii) as notas explicativas às demonstrações contábeis do período analisado.

A metodologia de análise e de interpretação de dados foi a análise documental, pelo método histórico. Isto por que foram verificadas as demonstrações de 1998 até 2015 da Eletrobras. Segundo Martins (2007, p.55) “uma vez depurados, os dados e as informações deverão ser analisados visando à solução do problema de pesquisa proposto”. As categorias de análise são: i) análise de estrutura (vertical); ii) análise de evolução (horizontal); iii) indicadores econômico-financeiros.

Fez-se necessário a organização e conferência das informações em planilhas eletrônicas. Após esta etapa, foram realizados cálculos de indicadores e análises dos resultados obtidos para verificação da relação entre a situação econômica da empresa e as mudanças na contabilidade que a afetaram.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta análise foram utilizadas as demonstrações contábeis consolidadas da Eletrobras, referente ao período de 1998 até 2015. As demonstrações da Eletrobras sofreram alterações durante o período analisado devido a adequações com as normas de contabilidade, atendimento à legislação e exigências da agência reguladora. Em 2002 começou a ser aplicado o MCSE, o mesmo sofreu reformulações que passaram a ser aplicadas em 2015.

Nos anos de 2000, 2003, 2005, 2006, 2007, 2012 e 2013 ocorreram reclassificações que mudaram os valores anteriormente informados. Neste estudo foram utilizadas as informações reclassificadas.

De acordo com o Relatório Financeiro de 2008, as alterações em 2007 referem-se a mudanças na consolidação e reclassificações em Benefícios Pós-Emprego; no caso das alterações de 2012, o Relatório de 2013 informa que as alterações ocorreram pela aplicação do CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis; e segundo o Relatório de 2014, as demonstrações de 2013 foram reajustadas para evidenciar os custos operacionais separados das despesas, e retificar ajustes a valor presente de arrendamentos mercantis conforme CPC 23 (ELETROBRAS, 2016).

4.1 ANÁLISE DE ESTRUTURA

Neste estudo para fins de análise vertical e horizontal, observou-se os grupos de contas mais relevantes para a composição dos indicadores e também a conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A Tabela 1 mostra os respectivos valores resultantes desta análise.

Tabela 1: Análise de estrutura (vertical) da Eletrobras no período de 1998 a 2015

| Ano | Ativo Circulante | Caixa e Equivalentes | Ativo Não Circulante | Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo | Passivo Circulante | Passivo Não Circulante | Patrimônio Líquido |
|------|------------------|----------------------|----------------------|---|--------------------|------------------------|--------------------|
| 1998 | 8,50% | 0,75% | 91,50% | 10,18% | 8,50% | 23,45% | 68,05% |
| 1999 | 7,92% | 1,64% | 92,08% | 8,54% | 8,23% | 21,76% | 70,01% |
| 2000 | 9,44% | 2,70% | 90,56% | 14,32% | 8,32% | 27,46% | 64,22% |
| 2001 | 9,66% | 2,21% | 90,34% | 16,60% | 9,68% | 29,01% | 61,32% |
| 2002 | 9,04% | 1,38% | 90,96% | 19,17% | 7,43% | 37,80% | 54,77% |
| 2003 | 10,26% | 2,35% | 89,74% | 19,62% | 7,92% | 34,97% | 57,11% |
| 2004 | 10,00% | 2,23% | 90,00% | 20,13% | 8,50% | 32,81% | 58,68% |
| 2005 | 10,56% | 3,18% | 89,44% | 20,17% | 7,43% | 29,57% | 63,00% |
| 2006 | 12,63% | 4,47% | 87,37% | 19,62% | 8,35% | 27,89% | 63,76% |
| 2007 | 15,93% | 6,88% | 84,07% | 17,66% | 9,78% | 24,64% | 65,58% |
| 2008 | 18,54% | 9,29% | 81,46% | 18,78% | 10,35% | 27,63% | 62,02% |
| 2009 | 21,07% | 11,51% | 78,93% | 15,71% | 10,58% | 32,55% | 56,86% |
| 2010 | 22,17% | 6,28% | 77,83% | 41,29% | 12,50% | 39,48% | 48,01% |
| 2011 | 22,47% | 3,04% | 77,53% | 40,65% | 16,01% | 36,66% | 47,32% |
| 2012 | 29,40% | 1,76% | 70,60% | 38,75% | 17,79% | 34,98% | 47,24% |
| 2013 | 28,20% | 2,60% | 71,80% | 36,84% | 18,49% | 37,08% | 44,43% |
| 2014 | 21,12% | 0,97% | 78,88% | 42,51% | 13,33% | 47,36% | 39,31% |
| 2015 | 19,67% | 0,93% | 80,33% | 45,29% | 18,78% | 53,33% | 27,89% |

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A análise de estrutura (vertical) mostra a participação do item em relação ao grupo do qual faz parte. Este indicador permite entender a qual a importância de cada conta para o aumento ou diminuição do grupo. Esta análise foi aplicada nos itens do ativo em relação ao ativo total e nos itens do passivo e patrimônio líquido em relação ao passivo total.

A análise vertical evidencia que entre os anos de 1998 e 2005 o Ativo Circulante da Eletrobras sofreu pequenas oscilações, variando em geral para o crescimento do percentual. Porém, entre 2006 e 2013 o grupo de contas passou a ter maior representação no Ativo Total, tendo seu auge em 2012 com 29,40%. Esse comportamento pode demonstrar uma estratégia da empresa que entre 2006 e 2013 optou por trabalhar com maior quantidade de ativos de alta liquidez. Após isso, a conta começa a reduzir sua participação no Ativo Total, terminando em 2015 com 19,67%. A conta Caixa e Equivalentes tem pouca representatividade no Ativo Total. Seu auge ocorre em 2009 com 11,51%, após esse período a conta vai perdendo participação no grupo e fica em 2015 com 0,93%.

O Ativo Não Circulante possui a maior parte dos investimentos da empresa em ativos de baixa liquidez. Porém, este grupo de contas teve declínio em sua participação no Ativo Total. Em 1998 representava 91,50%, já em 2014 representou 78,88%. O que se refere ao aumento de participação do Ativo Circulante. O Ativo Realizável de Longo Prazo não é o que mais contribui para o Ativo Não Circulante. A evolução de sua participação ocorreu de forma positiva, em 1998 era de 10,18% e em 2014 ficou em 42,51%. Em 2010 a empresa registrou sua infraestrutura como ativo financeiro o que fez o grupo de contas ter maior participação em relação ao ativo total, com 41,29%.

A empresa opta por captar mais recursos de terceiros a longo prazo do que a curto prazo. Assim a participação do Passivo Não Circulante é maior que a do Passivo Circulante. Em relação ao Passivo Circulante a captação de recursos foi crescente desde 1998 chegando a 18,49% em 2013, porém em 2015 reduziu para 18,78% em relação ao Passivo Total. O Passivo Não Circulante também teve crescimento em sua participação, durante o período analisado a maior representação se deu em 2015 com 53,33%.

O Patrimônio Líquido da Empresa sofreu alterações ao longo do período analisado, com tendência ao decréscimo. Em 1999 o capital próprio da empresa representava 70,01% em relação ao Passivo total, já em 2014 essa participação reduziu para 39,31%. Através da análise vertical pode-se observar que a Eletrobras busca utilizar mais recursos próprios que recursos de terceiros. E também opta por trabalhar com investimentos de longo prazo e menor liquidez.

4.2 ANÁLISE DE EVOLUÇÃO HORIZONTAL

A análise de evolução (horizontal) evidencia a evolução de uma conta ou grupo de contas ao longo do tempo em relação a um período inicial. Proporciona o entendimento das mutações de uma conta ao longo do tempo.

Verifica-se que no Ativo Circulante houve crescimento expressivo ao longo do tempo. Em 1999 evoluiu 89,53% e em 2014 aumentou 407,85% em relação à 1998. Pode-se observar uma tendência da empresa em investir cada vez mais em ativos de alta liquidez. A conta Caixa e Equivalentes sofreu alterações no período, em 2009 teve sua maior elevação, 2338,09%, em relação ao ano de 1998. Este confirma a informação da análise vertical (Tabela 1).

O Ativo Não Circulante evoluiu positivamente em 2000 aumentou 108,61% e em 2015 cresceu 149,01%. O que reafirma a informação da análise vertical, mostrando que a empresa optou por trabalhar com ativos de baixa liquidez. O Ativo Não Circulante Realizável de Longo Prazo teve evolução de 154,40% em 2000, sendo que no ano anterior a evolução foi de 80,59%. Esse aumento se deve principalmente a conta Financiamentos e Empréstimos e a conta Adiantamentos para Participação Societária. O Passivo Circulante da Eletrobras teve evolução crescente ao longo do período, em 1999 era de 93,29% em relação a 1998 e em 2015 foi de 375,04%. O que mostra que a empresa aumentou sua captação de recursos de curto prazo ao longo dos anos. O Passivo Não Circulante da empresa teve oscilações mais significativas que as do Passivo Circulante. Em 2002 a evolução em relação a 1998 foi de 222,17%. Já em 2007 foi de 145,31%. Ao comparar os dois grupos do Passivo, observa-se que a evolução de ambos ocorreu de forma semelhante em alguns anos. O crescimento do Passivo Circulante foi mais representativo que o crescimento do Passivo Não Circulante, como, por exemplo, em 2012 onde o Circulante foi de 338,14% e o Não Circulante foi de 240,98%. Dessa forma, verifica-se que a empresa busca capitais de longo e curto prazo de forma equiparada. A Tabela 2 representa os valores da análise horizontal estudada, tendo por base o período inicial em 1998.

Tabela 2: Análise de evolução (Horizontal) da Eletrobras do período de 1998 a 2015

| Ano | Ativo Circulante | Caixa e Equivalentes | Ativo Não Circulante | Ativo Não Circulante Realizável a Longo Prazo | Passivo Circulante | Passivo Não Circulante | Patrimônio Líquido | Lucro Operacional | Lucro Líquido |
|------|------------------|----------------------|----------------------|---|--------------------|------------------------|--------------------|-------------------|---------------|
| 1999 | 89,53% | 211,48% | 96,69% | 80,59% | 93,29% | 89,35% | 99,07% | 67,63% | 29,11% |
| 2000 | 121,96% | 397,15% | 108,61% | 154,40% | 107,49% | 128,50% | 103,57% | 127,67% | 123,15% |
| 2001 | 135,26% | 351,28% | 117,41% | 193,91% | 135,41% | 147,11% | 107,15% | 211,95% | 163,04% |
| 2002 | 146,68% | 255,48% | 137,00% | 259,48% | 120,42% | 222,17% | 110,93% | 187,96% | 55,18% |
| 2003 | 162,61% | 423,35% | 132,14% | 259,57% | 125,52% | 200,91% | 113,07% | 273,30% | 16,20% |
| 2004 | 158,92% | 403,48% | 132,84% | 267,05% | 135,15% | 188,98% | 116,46% | 254,31% | 64,85% |
| 2005 | 169,51% | 579,71% | 133,25% | 270,08% | 119,18% | 171,93% | 126,20% | 252,39% | 48,87% |
| 2006 | 205,79% | 828,93% | 132,23% | 266,83% | 136,08% | 164,72% | 129,74% | 190,07% | 58,24% |
| 2007 | 259,26% | 1273,63% | 127,07% | 239,85% | 159,16% | 145,31% | 133,28% | 146,92% | 77,62% |
| 2008 | 341,72% | 1948,45% | 139,40% | 288,77% | 190,69% | 184,53% | 142,71% | 243,54% | 142,71% |
| 2009 | 376,39% | 2338,09% | 130,93% | 234,14% | 189,04% | 210,71% | 126,83% | 193,24% | 8,55% |
| 2010 | 434,80% | 1400,02% | 141,73% | 675,79% | 245,18% | 280,56% | 117,56% | 155,55% | 128,02% |
| 2011 | 489,43% | 753,11% | 156,79% | 738,87% | 348,69% | 289,33% | 128,68% | 172,23% | 188,65% |
| 2012 | 558,95% | 379,84% | 124,66% | 614,83% | 338,14% | 240,98% | 112,14% | 15,48% | -347,29% |
| 2013 | 521,70% | 546,27% | 123,36% | 568,88% | 341,95% | 248,61% | 102,64% | -223,64% | -310,49% |
| 2014 | 407,85% | 213,65% | 141,41% | 684,88% | 257,38% | 331,34% | 94,75% | -30,76% | -148,56% |
| 2015 | 392,98% | 211,67% | 149,01% | 755,02% | 375,04% | 386,03% | 69,57% | -543,62% | -749,87% |

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O Patrimônio Líquido teve crescimento entre 1999 e 2008. Entre 2009 e 2015 a evolução passou a ser decrescente. Assim, verifica-se que a empresa teve a evolução de seu capital próprio reduzida, terminando em 2015 com 69,57%, valor menos representativo que o de 1999 que foi 99,07%. A Eletrobras, então, teve maior evolução do capital de terceiros do que de seu próprio capital.

Em relação ao Lucro Operacional a empresa teve alterações, no geral de forma crescente, entre os anos de 1999 e 2011 quando ficou em 155,55%. Mas entre 2012 e 2015 o Lucro Operacional da Eletrobras teve grande diminuição em sua evolução ficando em 2015 com -543,62% em relação ao Lucro Operacional de 1998. Isso significa que a empresa passou a lucrar menos comparado a 1998, chegando a ficar com Resultado Operacional negativo entre 2013 e 2015.

A análise horizontal mostrou em relação ao Lucro Líquido, que o mesmo sofreu alterações significativas em seu percentual de evolução em relação a 1998. Em 2001 ficou em 163,04% e em 2002 ficou em 55,18%, e entre 2012 e 2015 ficou com evolução negativa, ou seja, ficou com Prejuízo Líquido neste período. Nesse cenário a empresa mostra problemas em manter seu resultado positivo.

4.3 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Tabela 3 evidencia os indicadores apurados nesta pesquisa. Verificou-se através deles que nos últimos 4 anos a empresa teve, no geral, oscilações com tendência a instabilidade financeira. As afetações referem-se a questões operacionais da empresa e também às mudanças na economia brasileira conforme os Relatórios Financeiros (ELETROBRAS, 2016). Para Silva, Macedo e Marques (2013) as mudanças na contabilidade do setor elétrico para adequação às normas internacionais não geraram alterações significativas para a informação contábil.

Tabela 3: Indicadores Econômico Financeiros da Eletrobras no período de 1998 a 2015

| Ano | Liquidez Imediata | Liquidez Corrente | Liquidez Geral | Grau de Endividamento | Dependência Financeira | Retorno sobre o Patrimônio Líquido | Retorno sobre o Ativo | Capital Circulante Líquido |
|------|-------------------|-------------------|----------------|-----------------------|------------------------|------------------------------------|-----------------------|----------------------------|
| 1998 | 8,79% | 99,98% | 58,46% | 46,95% | 31,95% | 3,44% | 2,79% | -1.545 |
| 1999 | 19,93% | 98,74% | 55,52% | 42,84% | 29,99% | 0,99% | 1,93% | -88.353 |
| 2000 | 32,48% | 113,44% | 66,42% | 55,71% | 35,78% | 4,11% | 3,26% | 1.082.310 |
| 2001 | 22,80% | 99,87% | 67,90% | 63,09% | 38,68% | 5,33% | 5,02% | -13.692 |
| 2002 | 18,65% | 121,78% | 62,38% | 82,57% | 45,23% | 1,68% | 3,76% | 1.965.166 |
| 2003 | 29,65% | 129,52% | 69,65% | 75,09% | 42,89% | 0,48% | 5,55% | 2.776.663 |
| 2004 | 26,24% | 117,56% | 72,92% | 70,41% | 41,32% | 1,89% | 5,19% | 1.778.556 |
| 2005 | 42,76% | 142,20% | 83,06% | 58,74% | 37,00% | 1,30% | 5,09% | 3.767.981 |
| 2006 | 53,55% | 151,20% | 88,97% | 56,85% | 36,24% | 1,51% | 3,78% | 5.220.119 |
| 2007 | 70,34% | 162,86% | 97,58% | 52,48% | 34,42% | 1,97% | 2,94% | 7.496.166 |
| 2008 | 94,96% | 179,17% | 98,25% | 61,24% | 37,98% | 7,72% | 4,44% | 11.310.641 |
| 2009 | 118,19% | 199,07% | 85,25% | 75,86% | 43,14% | 0,22% | 3,48% | 14.031.542 |
| 2010 | 61,40% | 177,30% | 122,08% | 108,28% | 51,99% | 3,76% | 2,59% | 14.200.360 |
| 2011 | 30,60% | 140,34% | 119,83% | 111,32% | 52,68% | 5,12% | 2,60% | 10.537.863 |
| 2012 | 23,73% | 165,27% | 129,15% | 111,70% | 52,76% | -9,33% | 0,27% | 16.535.364 |
| 2013 | 17,48% | 152,53% | 117,04% | 125,07% | 55,57% | -9,14% | -4,06% | 13.459.528 |
| 2014 | 16,34% | 158,43% | 104,84% | 154,42% | 60,69% | -4,95% | -0,52% | 11.267.185 |
| 2015 | 7,26% | 104,76% | 90,09% | 258,52% | 72,11% | -55,83% | -9,71% | 1.337.753 |

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

A Liquidez Imediata evidenciou que a capacidade da empresa saldar dívidas de curto prazo utilizando apenas suas disponibilidades teve oscilações entre 1998 e 2009, mas no geral houve crescimento. Entre os anos de 2010 e 2015 houve queda acentuada no indicador, este índice que representava 118,19% em 2009, representou apenas 7,26% em 2015. Entre 2010 e 2015 a empresa passou a utilizar mais recursos de terceiros de curto prazo, enquanto o valor de ativos de alta liquidez foi reduzido.

A Liquidez Corrente evidenciou evolução crescente de maneira geral 1998 e 2014 quando ficou em 158,43%. Houve algumas alterações pouco significativas, como em 2004 quando ficou em 117,56% e 140,34% em 2011. Destaca-se a redução deste índice de 2014 para 2015, que foi de 53,67%. No geral este indicador mostrou que a empresa manteve sua boa capacidade financiamento de capital de giro, apesar da diminuição no fim do período.

A Liquidez Geral apresentou crescimento ao longo do período com algumas exceções como, por exemplo, em 1999 onde ficou em 55,52% e em 2002 em que ficou em 62,38%. O indicador teve seu auge em 2012 ficando em 129,15%, após esse período sofreu diminuição e ficou em 2015 em 90,09%. Verifica-se que a empresa manteve boa capacidade de liquidar seus compromissos. Porém com a diminuição dos últimos três anos, pode haver retração por parte dos investidores, que podem ficar mais cautelosos, uma vez que a empresa está diminuindo seu potencial e garantia de pagamento.

O Grau de Endividamento da Eletrobras sofreu, em geral, crescimento constante entre 2008 com 61,24% e 2015 com 258,52%. O que evidencia que a empresa aumentou significativamente a entrada de capital de terceiros na empresa em contraste com o pouco desenvolvimento do capital próprio gerado pela empresa. O cenário tem relação com o decrescente resultado da empresa, que impacta no capital próprio. Isso mostra que a empresa se endividou crescentemente nos últimos anos tendo seu auge em 2015 enquanto seus investimentos não corresponderam ao aplicado. Este cenário pode gerar incertezas no mercado, inclusive acionistas menores e dificuldades nas negociações com investidores.

A dependência financeira da empresa sofreu elevação entre 1999 e 2002 quando ficou em 45,23%. A partir de 2002 o índice reduziu até 2007 ficando em 34,42%. Entre 2008 e 2015 o indicador teve comportamento crescente, em 2015 cerca de 72% dos ativos foi financiado por capital de terceiros e 28% por capital próprio. Este resultado mostra que a organização está usando cada vez mais recursos externos para manter seus negócios.

O índice de Retorno sobre o Patrimônio Líquido sofreu significativas alterações entre 1998 e 2015. Em 1999 o índice ficou em 0,99% enquanto no ano anterior o índice ficou em 3,44%, essa redução foi consequência do aumento nas Despesas Operacionais que fizeram o Lucro Líquido do Exercício de 1999 diminuir. Em 2003 o índice também ficou baixo, a rentabilidade do Capital Próprio da empresa ficou em apenas 0,48%, devido também a redução no Lucro Líquido do Exercício. Em 2009 o indicador mostrou que a rentabilidade do Patrimônio Líquido foi de 0,22%, o que se deve a redução do Resultado Operacional e do Lucro Líquido, e redução no Patrimônio Líquido. Entre 2012 e 2015 o índice ficou negativo, indicando que não houve retorno positivo para os acionistas.

O índice de Retorno sobre o Ativo evidenciou que os ativos da empresa geraram resultado positivo entre 1998 e 2012, sendo 5,55% em 2003 o melhor resultado da relação entre os ativos e o lucro da empresa. De 2012 até 2015 o índice sofreu diminuição indo de 0,27% à -9,71%, indicando que os ativos não geraram um retorno positivo nesta época. Isso se deve principalmente devido ao aumento dos custos e despesas operacionais entre 2012 e 2015.

O Capital Circulante Líquido da empresa mostrou que em 1998, 1999 e 2001 não houve folga financeira nos ativos de curto prazo em relação as obrigações de curto prazo, indicando que além do Ativo Circulante, parte das Exigibilidades de Longo Prazo também serviram de garantia ao Passivo de Curto Prazo. No ano 2000 e entre 2002 e 2015 o índice ficou positivo e no geral com tendência ao crescimento, evidenciando que a empresa melhorou seu posicionamento em relação aos financiamentos imediatos e ficou com boa margem de garantia entre os Ativos e Passivos de curto prazo. Apesar de ter sofrido redução em 2015 o índice permaneceu positivo, mostrando que a empresa mantém folga financeira.

4.4 ASPECTOS RELEVANTES NA CONTABILIDADE DO SETOR ELÉTRICO

O MCSE começou a ser aplicado a partir de 2002, logo, todas as informações a seguir serão referentes a este período. Conforme o MCSE (2015) os Contratos de Concessão são contemplados apenas para fins societários e não para fins regulatórios. Nesse caso ao retirar as informações sobre as concessões para produzir uma demonstração apenas regulatória poderiam haver afetações em alguns índices, como por exemplo, os de liquidez. Isso porque as contas relacionadas as concessões estão presentes no Ativo Não Circulante da empresa do ano de 2002 e no Ativo e Passivo de 2010 a 2015. As diferenças da contabilidade regulatória para a societária podem alterar alguns indicadores, isto tem potencial de afetar a decisão do usuário, por exemplo, o poder concedente na renovação do contrato de concessão (CARVALHO, 2013).

Segundo o MCSE (2015) na contabilidade regulatória não são segregados custos de despesas como ocorre na parte societária. Este fato poderia afetar a informação transmitida pois, embora não altere o valor do Resultado Líquido do Exercício, altera o Resultado Bruto. Apenas a partir de 2013 a empresa passou a divulgar em sua DRE o grupo Custos Operacionais separado das Despesas Operacionais. Porém não houve afetação nos indicadores estudados, pois não houve alteração no Resultado Operacional e nem no Resultado Líquido.

O MCSE (2015) informa que as recomendações do CPC 06 sobre Arrendamento Mercantil se restringem aos bens não operacionais na contabilidade regulatória. O que poderia trazer consequências para as análises, visto que podem ocorrer situações de arrendamento com os bens operacionais e os mesmos não

serão divulgados para fins regulatórios, ou seriam feitos de forma divergente das práticas contábeis internacionais para atender à agência reguladora. O que alteraria a estrutura das demonstrações e conseqüentemente dos indicadores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contabilidade do setor elétrico divide-se em societária e regulatória, esta última foi criada para atender às exigências da ANEEL e se consolidou pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. O objetivo deste estudo foi analisar o efeito das alterações contábeis e regulamentares no setor elétrico na evolução da situação econômico-financeira da Eletrobras entre 1998 e 2015, empregando-se a análise das demonstrações.

O estudo foi realizado em demonstrações que atendem as normas societárias. Observou-se que a estrutura dos demonstrativos ficou mais detalhada e que suas reclassificações objetivaram a adequação com as práticas contábeis. O MCSE proporcionou mudanças positivas na contabilidade do setor elétrico, unificando as instruções para que as empresas da área seguissem corretamente os padrões da contabilidade internacional e paralelamente da contabilidade regulatória.

Pela análise horizontal observou-se que a evolução do Lucro Líquido e do Operacional da empresa foi negativa nos últimos anos. Os índices mostraram que a empresa tem cada vez mais participação do capital de terceiros em seu negócio e que seu Retorno sobre o Ativo e sobre o Patrimônio Líquido tem sido cada vez menor. Observou-se pelos indicadores que o cenário econômico-financeiro da empresa foi desfavorável nos últimos quatro anos, demonstrando tendência a instabilidade econômica. A situação teve relação com questões operacionais e econômicas.

Como conclusões do estudo têm-se que as alterações na contabilidade do setor, como a criação e alterações no MCSE, não provocaram impactos significativos nos indicadores. Também se constatou que as diferenças entre a contabilidade regulatória e a societária são relevantes e podem causar efeitos na contabilidade da empresa, pois elas são estruturalmente diferentes, por exemplo, como a regulatória não considera os Contratos de Concessão, poderiam haver afetações no Ativo e Passivo e gerar reflexos nos indicadores. O que pode influenciar os usuários da informação contábil.

Apesar de este estudo não ter conseguido identificar relações entre as alterações dos índices da empresa e as mudanças na contabilidade do setor elétrico, não se descartam estudos futuros sobre o assunto. Recomendam-se pesquisas com instrumentos diferentes dos indicadores, com observação mais aprofundada em cada conta e suas evoluções. Buscando relações entre as mudanças na contabilidade do setor e o desempenho econômico-financeiro da Eletrobras. Estudos futuros poderiam ser realizados para comparar analiticamente as duas contabilidades.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. *Manual de Contabilidade do Setor Elétrico*. Brasília-DF, 11 mar, 2014. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/MCSE_-_Versao_2015.pdf>. Acesso em: 27 set. 2015.
- _____. *Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010*. Institui a Contabilidade Regulatória e aprova alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Brasília-DF, 23 fev, 2010. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/cedoc/ren2010396.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2015.
- _____. *Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014*. Aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), instituído pela Resolução Normativa 444, de 26 de outubro de 2001. Brasília-DF, 11 mar, 2014. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/audiencia/arquivo/2013/026/resultado/ren2014605.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.
- ASSAF NETO, A. *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BARRETO, W. M. Eletrobras: o embate por trás de sua criação. 2010. 102 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7686>>. Acesso em: 27 abr. 2015.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 82-90.
- BRAGA, Hugo Rocha; *Demonstrações Contábeis: estrutura, análise e interpretação*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

- CARVALHO, E. S. *Um estudo comparativo entre indicadores econômico-financeiros, baseado na contabilidade regulatória e nas normas internacionais das empresas de distribuição de energia do setor elétrico brasileiro*. 2013. 112 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em:
<<https://www.ufpe.br/ppgcontabeis/images/documentos/Dissertacoes/esdras%20dos%20santos%20carvalho%20-%20turma%202011%20final.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In.: BEUREN, Ilse Maria (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 117-143.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro*. Brasília – DF, 15 dez. 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- _____. *CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Brasília – DF, 15 dez. 2011. Disponível em:
<http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2016.
- ELETRORBRAS. *História*. 2015a. Disponível em:
<<http://www.eletrabras.com/elb/data/Pages/LUMISB33DBED6ITEMIDPTBRIE.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- _____. *O Papel da Eletrobras*. 2015b. Disponível em:
<<http://www.eletrabras.com/elb/data/Pages/LUMIS641DB632PTBRIE.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2015.
- _____. *Demonstrações Eletrobras*. 2016. Disponível em:
<<http://www.eletrabras.com/elb/ri/main.asp?Team={DA0EDEFB-3B57-4B84-93E2-E0B7C7A0A063}>>
Acesso em: 23 maio 2016.
- FAGUNDES, J. A. et al. Análise das Demonstrações Contábeis: reflexos da conjuntura econômico-social no patrimônio de uma cooperativa de crédito – Sicredi Ouro Verde. 2008. 22 f. *Revista ConTexto*, Porto Alegre, ano VIII, v. 8, n° 13, jan. /jun. 2008. Disponível em:
<<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/11102/6589>> Acesso em: 27 mar. 2016.
- FARIAS, C. G. B. *Atuação estatal e a privatização do setor elétrico brasileiro*. 2006. 115 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em:
<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056040.PDF>>. Acesso em: 05 maio 2015.
- FERREIRA, C. M. A. *O equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia elétrica brasileiras nas demonstrações contábeis*. 2009. 180 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Periódicos CAPES/MEC, 2009. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96133/tde-28042009-170320/pt-br.php>>. Acesso em: 17 out. 2015.
- IUDÍCIBUS, S. *Análise de Balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARTINS, G. A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, A. B. S. *Métodos da Pesquisa Contábil*. São Paulo: Atlas, 2011.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In.: RICHARDSON, R. J. *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, A. F.; MACEDO, M. A. S.; MARQUES, J. A. V. C. Análise da relevância da informação contábil no setor brasileiro de energia elétrica no período de 2005 a 2009: um estudo comparativo entre as informações de lucro e de caixa. 2013. 28 f. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Minas Gerais, ano XXIV, v. 24, n° 2, p. 63 – 90, abr./jun. 2013. Disponível em:
<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1331/pdf_51>. Acesso em 13 mar. 2016.
- SOEIRO, T. M. et al. Normatização da Contabilidade no setor elétrico brasileiro: um estudo sob a ótica das teorias da Regulação. 2015. 13 f. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, ano XLIV, n° 211, p. 59-71, jan./fev. 2015.